



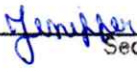
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



  
**Antônio Carlos Antunes Pagano**  
Vereador

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 389**  
**DE 26 DE MAIO DE 2025**

  
**Elis Regina Lemos Rodrigues**  
Vereadora  
PROGRESSISTAS

Protocolo  
4325/2025  
Protocolado em 26.05.25  
  
Secretário



Regulamenta o custeio de plano de saúde aos servidores efetivos, contratados, comissionados e agentes políticos do Legislativo de Tavares e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza a Câmara Municipal de Tavares o custeio de plano de saúde aos servidores efetivos, contratados, comissionados e agentes políticos no exercício de suas atividades, inclusive dos seus dependentes, nos termos desta Lei.

§ 1º Independentemente do plano de saúde ofertado aos agentes públicos, a contribuição do Poder Legislativo para o custeio do plano não poderá exceder ao percentual de 50% (cinquenta por cento), do custo total mensal a ser descontado na remuneração bruta do agente público.

§ 2º A contribuição do ente será paritária à do agente público, não podendo exceder ao percentual do § 1º deste artigo.

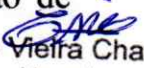
§ 3º Caso ocorra alteração nas cláusulas contratuais do ente com o prestador de manutenção da sua adesão ou não ao plano de saúde oferecido.

§ 4º Cabe ao Poder Legislativo, como ente público contratante do serviço, realizar o repasse dos valores descontados diretamente da remuneração ou subsídio do agente público, observado o disposto nos § 1º e 2º deste artigo.

Art. 2º A participação dos servidores no plano de saúde é facultativa, mediante termo de adesão expressamente assinado.

Art. 3º O servidor será responsável pelo custeio integral quando licenciado para desempenho de Mandato Eletivo e para Tratar de Interesses Particulares.


Art. 4º O plano de saúde poderá ser oferecido mediante a contratação de prestação dos serviços, obedecida a Lei de Licitações e Contratos.

  
**Enio Vieira Chaves**  
Vereador

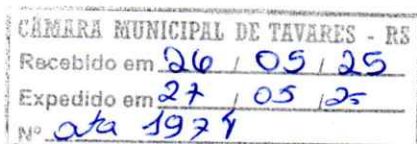
Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões, aos 26 dias de maio de 2025.

  
**Izabel Rosa da Silva**  
Vereadora  
MDB

  
**Raquel Cristina Terra Ferreira**  
Presidente do Legislativo

  
**Jardel Antunes Porto**  
Vereador  
PROGRESSISTAS



  
**Valmir Vieira**  
Vereador

  
**Jardel Rodrigues Nunes**  
Vereador  
PDT

  
**Jemiffer Machado**  
Vereadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**  
**PROJETO DE LEI Nº 389/25**

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 389/2025, que dispõe sobre a Regulamentação do custeio de plano de saúde aos servidores efetivos, contratados, comissionados e agentes políticos do Município de Tavares e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei se faz necessário tendo em vista as alterações no formato de cobrança do Plano de Saúde – IPE, conforme instrução normativa nº 04 de 17 de fevereiro de 2025, alterada pela instrução normativa nº 8 de 28 de abril de 2025, a partir da competência de julho onde será cobrado os valores de contribuição por faixa etária do contribuinte e seus dependentes.

Segue tabela de valores de contribuição no Anexo I da Instrução Normativa nº 04, que serão praticadas pelo plano.

O município propõe-se a manter ajuda no valor de 50% (cinquenta por cento) do plano dos servidores e seus dependentes, para que os mesmos possam continuar com o plano de saúde, assim diminuindo os impactos ao qual está normativa impõe.

Deste modo, solicita que seja votado este projeto de lei que lhes é enviado.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos Nobres Pares deste Colendo Poder Legislativo, renovo à Vossas Excelências nossos protestos de apreço e elevada consideração.

Tavares/RS, 26 de maio de 2025.

Raquel Cristina Terra Ferreira  
Presidente do Legislativo